

## “GILEAD ESTÁ DENTRO DE VOCÊ”: UMA ANÁLISE DO UNIVERSO DE O CONTO DA AIA A PARTIR DO CONCEITO DE TOTALITARISMO, DE HANNAH ARENDT

Anna Carolina Alves Viana<sup>1</sup> 

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o universo literário de *O Conto da Aia* a partir do conceito de totalitarismo cunhado pela filósofa alemã Hannah Arendt em sua obra *Origens do totalitarismo*. Mobilizando o regime nazista como ponto de comparação e análise, buscaremos compreender a construção do regime totalitário de Gilead no intuito de, como sugere o historiador Dominick LaCapra, criar um diálogo provocador e produtivo entre literatura e história, oferecendo novos caminhos de compreensão sobre o passado.

**Palavras-chave:** *O Conto da Aia*. *Os Testamentos*. Totalitarismo. Ideologia. Terror.

### “GILEAD IS INSIDE YOU”: AN ANALYSIS *THE HANDMAID’S TALE’S* UNIVERSE THROUGH ON THE CONCEPT OF TOTALITARISM, BY HANNAH ARENDT

**Abstract:** This article aims to analyze the literary universe of *The Handmaid’s Tale* through the concept of totalitarianism coined by German philosopher Hannah Arendt in her work *Origins of totalitarianism*. Mobilizing the Nazi regime as a point of comparison and analysis, we will seek to understand the construction of the totalitarian regime of Gilead to, as suggested by historian Dominick LaCapra, create a provocative and productive dialogue between literature and history, offering new ways of understanding about the past.

**Keywords:** *The Handmaid’s Tale*. *The Testaments*. Totalitarianism. Ideology. Terror.

### “GILEAD ESTÁ DENTRO DE TI”: UN ANÁLISIS DEL UNIVERSO DE *EL CUENTO DE LA CRIADA* BASADO EN EL CONCEPTO DE TOTALITARISMO, DE HANNAH ARENDT

**Resumen:** El propósito de este artículo es analizar el universo literario de *El cuento de la criada* a partir del concepto de totalitarismo acuñado por la filósofa alemana Hannah Arendt en su obra *Origens do totalitarismo*. Movilizando al régimen nazi como punto de comparación y análisis, buscaremos comprender la construcción del régimen totalitario de Gilead para, como sugiere el historiador Dominick LaCapra, crear un diálogo provocador y produtivo entre la literatura y la historia, ofreciendo nuevos caminos de comprensión del pasado.

**Palabras clave:** *El cuento de la criada*. *Los testamentos*. Totalitarismo. Ideología. Terror.

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019) e Mestre (2022) na linha de História e Culturas Políticas pela mesma instituição. Atualmente é coordenadora do Núcleo Brasileiro de Estudos de Nazismo e Holocausto (NEPAT) e do grupo Pensar os Extremos: Rede Internacional de Estudos sobre Nazismo, Memória e Guerra, uma rede de pesquisadores coordenada pelo NEPAT. Atua na área de História Pública, produzindo conteúdo para divulgação científica nas redes sociais do NEPAT. No mestrado, pesquisou a obra de Alfred Rosenberg.

## Introdução

“Não há fórmulas infalíveis” quando se trata de regimes totalitários, afinal, “há pouca coisa na história que é inevitável” (ATWOOD, 2019, p. 445). Assim reflete a escritora canadense Margaret Atwood ao final de seu livro *Os Testamentos*, lançado em 2017 e cuja edição brasileira data de 2019. A proposta da autora nessa obra foi finalizar uma narrativa iniciada 32 anos antes em um outro livro, *O Conto da Aia*, de 1985. Ambas compõem um universo literário no qual os Estados Unidos tornaram-se um regime totalitário, pautado por fundamentos religiosos cristãos. Inspirando-se em regimes totalitários reais e tendências já observadas nos Estados Unidos dos anos 1980 – conservadorismo e o radicalismo religioso, por exemplo –, como afirmou a própria autora no documentário *Margaret Atwood: uma palavra depois de uma palavra depois de uma palavra é poder* (LANG; RAYMOND, 2019), a canadense criou um universo que nos convida à análise crítica de nosso passado. A literatura, nesse sentido, mais do que “uma fonte que nos conta algo factual sobre o passado” e cujo “valor está na sua função referencial”, isto é, na maneira que funciona como “uma vitrine da vida ou das transformações do passado” (LACAPRA, 1991, p. 116), torna-se um referencial produtivo para a investigação historiográfica justamente por superar o factual e provocar outras reflexões críticas sobre os processos históricos. Como assinala Dominick LaCapra, “explicar de maneira não redutiva” a relação entre literatura e história é um desafio que pode, talvez, ser superado por meio da criação de “um processo de interrogação, pressão e provocação mútuas.” (LACAPRA, 2013, p. 7).

Desse modo, a tarefa a ser empreendida pelo historiador poderia ser a de “traçar as relações intrincadas, variáveis e às vezes desconcertantes entre história e literatura, estando atento às pressões contextuais, bem como ao papel da forma literária e da deformação.” (LACAPRA, 2013, p. 7). A partir de tal análise, uma nova percepção sobre as forças contextuais e restrições históricas poderia surgir (LACAPRA, 2013, p. 8). Se há, como afirma Atwood, pouco na história que é inevitável, então o universo de *O Conto da Aia* nos parece um convite pertinente para analisar as desconcertantes relações entre obra e realidade, afinal, Gilead não é mero espelho da sociedade, mas sim um alerta para outros elementos totalitários presentes em seu interior. A história aberta descrita por Atwood nos convida, justamente, a refletir sobre as possibilidades da nossa própria realidade, ainda que ela não se limite a ou coincida plenamente com a narrativa

ficcional. São os inúmeros caminhos historicamente possíveis que tornam tal reflexão tão essencial.

O sucesso recente das obras de Atwood é, nesse sentido, talvez sintomático das intensas provocações e reflexões que suscita. Além da edição original de 1985, em 2017, *O Conto da Aia* ganhou uma nova edição, que veio acompanhada do lançamento de uma série homônima no canal de streaming Hulu. O livro já foi adaptado para um filme (1990), uma ópera (2000) e uma *graphic novel* (romance gráfico, 2019). Nos mais variados formatos que a história criada por Atwood assumiu, ela suscitou intensos debates e foi razão de grande sucesso: o livro foi extremamente aclamado em seu lançamento, ganhando o Governor General's Awards em 1985 e o primeiro Prêmio Arthur C. Clarke em 1987, e a série que ganhou oito prêmios no Emmy e dois Globos de Ouro. Por meio desses breves dados já é possível afirmar a relevância social que a obra de Atwood adquiriu no Brasil e no mundo. Tendo isso em vista e buscando construir, como sugere LaCapra, uma relação produtiva entre história e literatura, entraremos no universo de *O Conto da Aia* e analisaremos o regime totalitário de Gilead principalmente a partir das reflexões da filósofa alemã Hannah Arendt em seu livro *Origens do totalitarismo*. Buscando praticar a proposta de interrogar o passado a partir da obra literária, mobilizaremos o regime nazista (1933-1945) como ponto comparativo ao regime de Gilead, provocando os leitores a refletirem sobre as inúmeras possibilidades totalitárias que nos cercam. Os elementos mobilizados por Atwood apresentam diferenças em relação ao nazismo, aspecto produtivo para pensarmos sobre as possíveis combinações totalitárias que poderiam ocorrer. A obra de 1985 será nossa principal fonte de análise, que será complementada por reflexões de *Os Testamentos* que se mostraram interessantes para pensar Gilead como uma expressão do totalitarismo segundo Arendt.

Cabe ressaltar que o universo literário de *O Conto da Aia* abarca narrativas distintas das suas personagens centrais. No primeiro livro, narrado em primeira pessoa, acompanhamos a trajetória e as memórias de June, uma mulher casada com um homem divorciado, que possui uma filha pequena e testemunha a ascensão do regime de Gilead – nome que recebe parcela do território estadunidense submetido ao novo governo. Já em *Os Testamentos*, acompanhamos, em um momento no qual o regime já está estabelecido, três narrativas distintas: a de Tia Lydia, uma perpetradora do regime; a de Agnes, uma jovem que cresce em Gilead e é educada de acordo com os preceitos da ideologia; e a de Daisy, uma menina que cresce no Canadá e, portanto, fora da realidade

de Gilead. Os diferentes pontos de vista presentes nas obras nos permitem entrever o regime por perspectivas diferentes e, assim, compreender os mecanismos totalitários por diversos ângulos. Ao adentrarmos as fronteiras de Gilead, perceberemos que, mais que mera geografia, elas invadem a vida dos sujeitos com tal violência que adentram a sua individualidade e criam uma nova realidade a partir da qual se desenvolve o totalitarismo.

### **“A República de Gilead não conhece fronteiras”: o totalitarismo**

O estabelecimento do regime de Gilead não foi nem um pouco pacífico, como June aponta em *O Conto da Aia*. A nova organização social é estabelecida por meio de um golpe, quando assassinaram o presidente, bem como os membros do congresso, e o foi declarado estado de emergência. O ocorrido foi inicialmente atribuído a supostos “fanáticos islâmicos”, forjando um atentado. Posteriormente, a Constituição dos Estados Unidos foi suspensa sem que houvesse resistência dos cidadãos, dando espaço para que uma nova lei foi estabelecida em seguida (ATWOOD, 2017, p. 215). O que ocorre a seguir é a construção de um regime identificado como totalitário, viés de análise apontado na própria obra, por meio das “Notas históricas” que se encontram ao final do livro,<sup>2</sup> nas quais o relato de June sobre sua vivência em Gilead é analisado por historiadores em um tempo futuro.

Como coloca a filósofa alemã Hannah Arendt, o totalitarismo é um tipo de governo que pretende a dominação total dos indivíduos, ainda que esta seja inalcançável em sentido pleno. Ele pode ser compreendido como o regime cuja essência é o terror, que isola os homens em sua individualidade (ARENDR, 1989, p. 517) e, diferentemente da tirania, não é pautado pela ilegalidade ou pela arbitrariedade (ARENDR, 1989, p. 513). O totalitarismo nos coloca diante de uma situação inteiramente nova, pois ele desafia todas as leis positivas, mas não opera sem a orientação de uma lei. Ele afirma “obedecer rigorosa e inequivocamente àquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis.” (ARENDR, 1989, p. 613). Historicamente e segundo a filósofa, o totalitarismo assumiu algumas formas específicas, a saber, o nazismo e o stalinismo. Em razão da centralidade atribuída por

---

<sup>2</sup> Na voz do personagem James Darcy Pieixoto, diretor dos Arquivos dos Séculos XX e XXI, da Universidade de Cambridge, é apontado que os arquitetos de Gilead estavam cientes das condições e trocas necessárias para instituir um sistema totalitarista eficaz (ATWOOD, 2017, p. 362).

Arendt à primeira forma totalitária, que reside no cerne de sua análise, o regime nazista nos servirá aqui como ponto de comparação ao regime de Gilead.

Em nosso caso de análise, a lei por meio da qual o regime encontra a sua direção é uma lei considerada divina e expressa na Bíblia, à qual os homens deveriam total obediência. O regime de Gilead propõe-se a reorganizar a sociedade por meio dos preceitos morais supostamente encontrados nos textos sagrados. Ainda que sem citar todas as passagens mobilizadas diretamente, Atwood lança mão dos textos bíblicos para formular o universo de suas personagens. Tomando como exemplo a passagem encontrada em Mateus 19:4 - 6<sup>3</sup>, referente ao casamento que se dá de maneira religiosa e que só pode ser realizado uma vez, compreendemos a razão pela qual June é considerada uma pecadora aos olhos do novo governo: como já foi mencionado, ela era casada com um homem divorciado e passa a ser interpretada como uma traidora, pois separou o marido de sua primeira esposa. Essa circunstância é o que explica a sua nova condição social após o golpe que instaurou o regime de Gilead: ela se torna uma Aia para supostamente reparar os pecados cometidos no passado.

A única atribuição das Aias é dar filhos para casais da alta patente de Gilead que não podem tê-los por meios naturais. Mobilizando os versículos Gênesis 30:1 – 3<sup>4</sup> como leitura inaugural, é instaurada uma prática que recebe o nome de Cerimônia, na qual a Aia, quando está em seu período fértil, é obrigada a ter relações sexuais com o seu Comandante, título atribuído aos homens que fazem parte dos dirigentes de Gilead. O objetivo é dar filhos para ele e sua esposa. Gilead teria, assim, autorizado o estupro como parte integrante dos rituais do regime. Na situação de Aia, as mulheres recebem um novo nome, como um “novo batismo”: elas passam a ser denominadas pela junção da preposição “of” (“de”) e o primeiro nome dos Comandantes. No caso de June, o nome de seu Comandante é Fred, portanto, ela se torna “Offred” (“de Fred”). É possível ver, aqui, um processo sistemático de despersonalização dessas mulheres por meio da mudança do nome, que passa a significar posse. A retirada do nome próprio e o estabelecimento da existência das Aias, não como sujeitos independentes, mas sim apenas como a posse de alguém gera um processo de desumanização extremo, no qual

<sup>3</sup> “Ele respondeu: ‘Vocês não leram que, no princípio, o Criador ‘os fez homem e mulher’ e disse: ‘Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne’? Assim, eles já não são dois, mas sim uma só carne. Portanto o que Deus uniu, ninguém o separe.” (BÍBLIA, 2002, p. 1738).

<sup>4</sup> “Quando Raquel viu que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã. Por isso disse a Jacó: “Dê-me filhos ou morrerei!” Jacó ficou irritado e disse: “Por acaso estou no lugar de Deus, que a impediu de ter filhos?” Então ela respondeu: “Aqui está Bila, minha serva. Deite-se com ela, para que tenha filhos em meu lugar e por meio dela eu também possa formar família!” (BÍBLIA, 2002. p. 72).

elas não possuem sequer uma individualidade. A desumanização, como assinala o sociólogo Zygmunt Bauman, é essencial para que o distanciamento entre aqueles que são um alvo do totalitarismo e aqueles que apenas integram o regime ou o perpetram. A partir do distanciamento e da desumanização, tais alvos deixam de ser interpretados como humanos, de modo que os “funcionários” do regime podem servir aos seus nocivos objetivos mantendo a sua consciência moral intacta (BAUMAN, 1989, p. 86-88).

Situações como a de June repetem-se com outras mulheres, como aquelas que eram mães solteiras, que tiveram filhos fora do casamento, ou aquelas que pertenciam à comunidade LGBTQIA+ – as chamadas “traidoras de gênero”. Para legitimar as suas ações, os perpetradores do regime de Gilead evocam, além da Bíblia, a Natureza. Entretanto, ao contrário dos nazistas que a evocaram para pregar a superioridade racial, não é esse o aspecto em questão para Gilead, e sim a utilização da Natureza como forma de legitimar o estupro como prática social estabelecida no regime. Isso pode ser percebido por meio de uma fala do Comandante Fred Waterford ao abordar a possibilidade casar-se por amor no período anterior a Gilead. Segundo o personagem, “aqueles anos foram apenas uma anomalia, historicamente falando [...] apenas uma feliz casualidade. Tudo o que fizemos foi pôr as coisas de volta, de acordo com as normas da Natureza.” (ATWOOD, 2017, p. 261).

As “normas da Natureza”, portanto, não consideram sentimentos, mas apenas a necessidade de reprodução da espécie, algo que é uma preocupação central no regime de Gilead. No período anterior e no início do novo governo, os Estados Unidos estariam passando por uma baixa extrema na taxa de natalidade e diversas mulheres não conseguiam engravidar, o que teria levado os seus dirigentes a definirem a atuação social das Aias. Em outra passagem, o Comandante refere-se à suposta necessidade que os homens teriam de relacionarem-se com mais de uma mulher, o que seria “natural”. É curioso perceber como, por trás de argumentos religiosos que pregam a fidelidade marital, encontra-se uma noção de que os homens teriam essa tendência “natural” a não serem monogâmicos. Esse pensamento fica claro em outra fala do Comandante:

Significa que não pode trapacear com a Natureza. [...] A Natureza exige variedade para homens. É lógico, razoável, faz parte da estratégia de procriação. É o plano da Natureza. [...] As mulheres sabem disso instintivamente. Por que elas compravam tantas roupas diferentes, nos velhos tempos? Para enganar os homens levando-os a pensar que eram várias mulheres diferentes. Uma nova a cada dia (ATWOOD, 2017, p. 281).

A argumentação do Comandante acerca da “lógica da natureza” pode nos servir como ponto de reflexão para outro aspecto próprio dos regimes totalitários segundo Arendt, qual seja, a relação entre a proximidade do poder e uma menor crença no sistema vigente. Como assinala a filósofa, entre as formas de organização totalitária está a divisão entre simpatizantes do movimento, seus membros e a sua vanguarda. Os simpatizantes são aqueles que recebem as ideias defendidas pelo movimento de maneira passiva, sem ultrapassar o conhecimento teórico defendido pelos membros. Os membros, por sua vez, acessam o poder de maneira mais direta, e defendem a ideologia na esfera pública, ainda que não sejam tão crentes quanto as organizações de vanguarda. A vanguarda, terceira modalidade de divisão social, é representada por aqueles simpatizantes que cercam os membros do movimento com um “muro protetor” que os separa do exterior da sociedade. Eles estão, assim, mais próximos do poder, entretanto, não o integram diretamente, permanecendo fiéis às ideias defendidas pela organização totalitária. A vanguarda possui, assim, crenças mais fortes do que os simpatizantes comuns e corrobora com a formação de um ambiente de normalidade ao isolar os membros em sua cúpula. Ela se torna, por esse motivo, central: ao isolar os membros no “muro protetor”, lhes empresta uma aparência de normalidade de acordo com as premissas do regime. A vanguarda funciona, desse modo, como instrumento de formação da ficção totalitária, pois mantém a sociedade aparentemente coerente, ainda que esta não o seja (ARENDR, 1989, p. 501-502). O Comandante, como um membro da cúpula de dirigentes de Gilead, experimenta o crescimento gradual de um cinismo em relação à credulidade da vanguarda (ARENDR, 1989, p. 521).

Uma vez criada a ficção totalitária, o ponto central do regime é a pretensão de domínio total sobre os indivíduos. Ela é buscada por meio da estabilização dos sujeitos, a partir da ideologia, na qual o desejo humano de agir não está em questão e é substituído pela aplicação incondicional da lei. A legitimidade totalitária, nos lembra Arendt, executa a lei sem convertê-la em critérios para a conduta pessoal (ARENDR, 1989, p. 614). Trata-se apenas de seguir o curso inevitável de algo que é posto como realidade inquestionável. A perda da espontaneidade da ação humana, nesse sentido, é essencial para a aceleração da aplicação da lei, pois evita possíveis desvios ou tropeços em direção aos objetivos da organização totalitária. As ideologias totalitárias no século XX estão ligadas, como assinala a filósofa alemã, a uma concepção interpretativa construída em meados do século XIX de que tudo que existe é um estágio de algum desenvolvimento ulterior (ARENDR, 1989, p. 617-618). Tal percepção é extremamente

cara às ideologias totalitárias, porque elas são guiadas por essa concepção de “evolucionismo”, na qual busca-se um próximo passo para a humanidade por meio da aplicação da lei que as guia. Seguir os preceitos da ideologia e limitar, por meio dela, a ação humana, torna-se, assim, ponto essencial para alcançar o “próximo passo” da evolução. Suposta estabilizadora do processo histórico, a ideologia se propõe a ordenar a ação humana que supostamente encontrava-se então, em pleno caos.

### **“Nada muda instantaneamente”: a ideologia**

Lógica de uma ideia, cujo objeto de estudo é a história: assim Hannah Arendt definiu a ideologia. Tal compreensão resulta na revelação de um processo que está em constante movimento, um curso de acontecimentos que obedecem, todos, a uma mesma lei. Desse modo, a história poderia ser calculada pela lógica da ideologia, tornando-se um processo simultaneamente previsível e inevitável (ARENDR, 1989 p. 625). Sendo assim, “as ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico — os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro” (ARENDR, 1989, p. 624). Tal interpretação de Arendt parece-nos alinhada à análise do historiador Raoul Girardet acerca dos mitos políticos que povoaram o século XX. Segundo ele:

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções. De fato, é em cada um desses planos que se desenvolve toda mitologia política, é em função dessas três dimensões que ela se estrutura e se afirma... (GIRARDET, 1986, p. 13).

Assim, o mito político ordenaria o processo histórico e, por essa razão, seria possível interpretá-lo como uma forma integrante da ideologia como descrita por Arendt. No caso do nazismo, o mito racial ocupa o cerne da expressão do mito político. Tomando por base a análise dos filósofos Phillippe Lacoue-Labarthe e Jean-Luc Nancy sobre o mito racial nazista, podemos ordenar a narrativa nos seguintes planos. O primeiro plano, composto pela narrativa legendária, remeteria aos povos nórdicos, no sentido da busca por uma ascendência dos povos germânicos da contemporaneidade. Nesse plano, os arianos são interpretados como autocriadores e dotados de pureza racial.



O exercício da sua potência mítica, encarada como algo inevitável, seria “a criação e dominação civilizatória por meio do sangue.” (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 60). O segundo plano do mito teve como tarefa explicar o momento de crise política e econômica durante a República de Weimar (ver: LIEBEL, 2017). A razão pela qual esse momento difícil teria ocorrido seria da ordem mitológica: a Alemanha ainda não teria compreendido o seu potencial, ou seja, a sua superioridade racial (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 50). Assim, sem objetivo, a nação alemã teria entrado em um momento de caos. O terceiro plano, por fim, que diz respeito à ação no presente para alcançar-se o futuro desejado, pregava o despertar da Alemanha para a superioridade. Tal despertar seria necessário para o combate pela efetivação do mito, que se daria por meio da dominação racial (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 55).

Em nosso caso de análise, o devir histórico pode ser também compreendido por meio do mito político, entretanto, o embasamento para tal narrativa não é racial, mas sim bíblica. No cerne do mito de Gilead está a narrativa teleológica dos textos sagrados cristãos, nos quais a humanidade, após a sua queda do paraíso, caminha em direção ao juízo final, quando todas as suas ações seriam julgadas e seria dada a salvação ou a condenação definitiva aos homens. A tentativa empreendida com o regime de Gilead é corrigir os desvios da humanidade até o presente momento, no intuito de redimir os seus habitantes para a salvação. Em busca da suposta “recuperação” dos homens, aqueles que deram o golpe e, conseqüentemente, foram fundamentais para essa suposta tentativa de salvação, tornaram-se governantes. O seu intuito seria direcionar a humanidade para o caminho certo. Os pecadores – e acima de tudo, as pecadoras – receberam novos papéis sociais, nos quais poderiam tentar redimir os seus pecados, como seria o caso das Aias. O mito de Gilead, portanto, parte de noções religiosas: a sociedade estadunidense teria supostamente perdido o seu caminho e se encontraria em um presente caótico, no qual as mulheres não conseguiam engravidar e a taxa de natalidade encontrava-se muito baixa. Tal seria o castigo divino. Diante disso, e recuperando um passado reconhecido como bíblico no qual homens e mulheres possuíam funções sociais muito distintas e específicas, os dirigentes de Gilead agiriam e buscariam construir um novo futuro para o seu país.

A adoção das ideologias como cerne da política totalitária, como seria o caso de Gilead, torna o processo de construção dos regimes infinito, afinal, se as ideologias respeitam as leis de movimento, elas não podem se estagnar. O fim da aplicação da lei

significa, igualmente, o fim do totalitarismo. Como consequência, o totalitarismo traz em si o germe da sua própria destruição (ARENDDT, 1989, p. 639). Se, como no caso do nazismo a lei da Natureza é a eliminação daqueles seres vivos que não são dignos da vida, “a própria Natureza seria eliminada quando não se pudessem encontrar novas categorias nocivas e indignas de viver” (ARENDDT, 1989, p. 617). De modo similar, se a intenção dos dirigentes de Gilead é corrigir o caminho da humanidade ao criar modos de remissão para os pecadores, mas eliminar aqueles que não possuem salvação, eventualmente novos pecados seriam descobertos, mesmo entre os supostamente salvos, e seriam por fim condenados e eliminados. Ainda que os movimentos totalitários submetessem toda a humanidade ao seu domínio, a lei de matar permaneceria a mesma (ARENDDT, 1989, p. 617) até que não houvesse mais indivíduos para serem tornados vítimas. Um exemplo desse movimento constante pode ser encontrado nas “Notas Históricas” de *O Conto da Aia*, quando o personagem Darcy Pieixoto, um historiador, analisa a política de seleção de mulheres para tornarem-se Aias:

No período médio [de Gilead], essa política [de selecionar mulheres para tornarem-se Aias] foi ampliada de modo a cobrir todos os casamentos que não tivessem sido contraídos no seio da igreja do Estado”. Ou seja, não bastava mais você estar no seu primeiro casamento. Um casamento, claro, entre um homem e uma mulher. Se ele fosse um casamento registrado apenas no cartório civil, você também estaria em pecado, pois “sob os olhos de Deus”, ele não contaria como um casamento efetivo. Assim, pode-se deduzir que, não apenas mais mulheres se tornaram Aias, como também suas filhas e filhos - se existissem - teriam sido entregues a outras famílias e os homens seriam enviados para cumprir um outro dever dentro das funcionalidades de Gilead (ATWOOD, 2017, p. 357).

Nesse trecho, é possível perceber que existia uma política de seleção de inimigos objetivos em Gilead, ou seja, buscavam-se novas pessoas que pudessem desempenhar a função social atribuída às mulheres consideradas pecadoras. Como aponta Arendt, a ideologia guiou a conduta dos seus súditos no sistema totalitário, preparando cada indivíduo para o seu papel: ou o de carrasco, ou o de vítima. Essa escolha acontece independentemente das convicções ou simpatias dos “candidatos”, afinal, o que está em questão é a necessidade objetiva do processo indicado pela ideologia (ARENDDT, 1989, p. 622). Voltando à Gilead, não importaria se o casal e, especialmente, a mulher casada apenas no cartório civil concordasse ou discordasse do regime, seguisse ou não as suas normas. O que importaria, de fato, seria que objetivamente ela não vive de acordo com os preceitos ideológicos estabelecidos e, portanto, ela se tornaria uma inimiga. Em constante movimento, novos pecados e novos inimigos seriam definidos, até que nada

restasse da humanidade. Nesse sentido, a “preparação bilateral”, isto é, a divisão das pessoas entre carrascos e vítimas, “substitui o princípio de ação” e torna-se, assim, a própria ideologia.” (ARENDRT, 1989, p. 623).

Outro aspecto que chama a atenção com relação à ideologia é o fato de ela prever uma transformação social extremamente profunda que ocorreria à longo prazo. Em uma passagem, a personagem June relata:

Sou uma refugiada do passado e, como outros refugiados, repasso os costumes e hábitos de vida que deixei ou fui obrigada a deixar para trás, e tudo aquilo parece igualmente antigo e curioso, visto daqui, e sou igualmente obsessiva a respeito disso. [...] Sou uma lacuna, aqui, entre parênteses. Entre outras pessoas (ATWOOD, 2017, p. 270).

A lacuna na qual June se encontra pode ser explicada por ela fazer parte de uma “geração de transição” (ATWOOD, 2017, p. 143), na qual o regime ainda está sendo estabelecido e, portanto, as pessoas que nele agem possuem a memória de como a vida era antes dele. O projeto de Gilead, assim como o do nazismo, seria um projeto à longo prazo. Como aponta o historiador Johann Chapoutot, após a vitória da raça germânica, dar-se-ia início a um “momento triunfal”, no qual a raça conseguiria reinar e “habitar o tempo infinito do milênio e da promessa escatológica”. A sociedade seria regida por novas normas, de modo que a dominação racial pudesse perdurar por séculos (CHAPOUTOT, 2017, p. 20). A preocupação com a permanência do novo sistema criado em moldes ideológicos pode ser percebida a partir da importância dada à educação. Como sinaliza Arendt, a libertação da experiência real em prol da realização ideológica, vista como uma realidade “mais verdadeira” por trás do que é perceptível a partir dos nossos cinco sentidos se dá por meio de um “sexto sentido”, fornecido pela doutrinação ideológica ensinada nas instituições educacionais (ARENDRT, 1989, p. 627). É a educação – talvez melhor expressa como reeducação nos anos iniciais dos regimes totalitários – que garante a perpetuação dos preceitos ideológicos.

Em Gilead, não teria sido diferente. Foi criado um sistema para reeducar os súditos do regime, entre eles as Aias, visando o desempenho de sua nova função social. Os Centros Vermelhos eram instituições para a reabilitação de mulheres consideradas pecadoras e onde elas recebiam os ensinamentos que deveriam guiar a sua conduta a partir de então. Eles eram coordenados por mulheres perpetradoras do regime, conhecidas como Tias, nome que visava dar uma noção de familiaridade ao ambiente. June e outras mulheres receberam sua reeducação no Centro Raquel e Lia, um dos

Centros Vermelhos, cujo nome é uma referência à passagem bíblica citada na Cerimônia. O Centro era coordenado por uma mulher chamada Tia Lydia, que explica sobre as dificuldades enfrentadas por June e pelas demais mulheres, durante o aprisionamento nele:

Vocês são uma geração de transição, disse Tia Lydia. É muito mais difícil para vocês. Sabemos os sacrifícios que são esperados de vocês. É duro quando os homens as insultam. Para as que vierem depois de vocês, será mais fácil. Elas aceitarão seus deveres de boa vontade com o acordo de seus corações. [...] Porque não vão querer coisas que não podem ter (ATWOOD, 2017, p. 143-144).

A intenção de que o regime seja duradouro fica claro na fala de Tia Lydia, pois pretende-se que as gerações futuras desfrutem de um novo mundo, no qual as meninas serão educadas desde a infância para obedecerem aos preceitos ideológicos. Como aponta June em uma passagem posterior, questionando-se se as meninas que ela vê nas ruas de Gilead lembram-se de como era a vida antes do golpe que instaura o regime, ela conclui: “as que vierem depois delas, por três ou quatro anos [talvez se lembrem de como era]; mas depois disso não. Terão sempre estado vestidas de branco, em grupos de garotas; terão sempre sido silenciosas” (ATWOOD, 2017, p. 260). Em *Os Testamentos*, por meio do relato de Agnes, encontramos uma realidade na qual os temores de June haviam se concretizado. Nas escolas, as meninas aprendem boas maneiras e as premissas ideológicas do regime. Como a jovem assinala,

Era para a Tia Lise nos ensinar etiqueta e boas maneiras: qual garfo usar, como servir o chá [...] e como evitar problemas emocionais com nossa Aia, caso necessitássemos de uma. Todos tinham uma função em Gilead, todos serviam à sua própria maneira, e todos eram iguais aos olhos de Deus, mas cada um tinha dons diferentes dos outros, disse Tia Lise. Se os vários dons se confundissem e todos tentassem ser tudo, o resultado só poderia ser caótico e nocivo. Ninguém deve esperar que uma vaca saiba voar! (ATWOOD, 2019, p. 182)

Nessa passagem encontramos os resultados da educação ideológica, de modo que Agnes perpetua a visão de mundo de Gilead a partir dos ensinamentos de sua escola. Desse modo, se a ideologia serve para preparar cada indivíduo para o seu papel no novo regime totalitário, a educação ideológica é essencial para a construção de Gilead, pois é a partir dela que as meninas podem desempenhar o seu papel como futuras Esposas e, por extensão, as mulheres como Aias, os meninos como futuros Comandantes, e assim por diante. Desse modo, cada sujeito tinha um papel específico no regime e, junto com essa função social, também eram estabelecidas as limitações de

ação para cada um. Em um trecho, Agnes assinala, por meio de uma cena cotidiana, o funcionamento da ideologia de Gilead por meio da distribuição de funções por gênero:

Havia balanços nos parques, mas, por causa das nossas saias, que podiam ser levantadas pelo vento e permitir a visão de seu interior, não podíamos nem pensar em tomar a liberdade de andar de balanço. Só os meninos podiam desfrutar dessa liberdade; só eles podiam ascender e arremeter; só eles tinham direito ao voo (ATWOOD, 2019, p. 24).

### **“Depois do primeiro choque, era melhor estar letárgica”: o terror e o isolamento**

Para colocar a ideologia em marcha, os regimes totalitários lançam mão do terror. Ele toma o lugar das leis positivas e busca incessantemente converter em realidade a lei do movimento (ARENDR, 1989, p. 617). É ele que torna possível a estabilização da vida humana e a perda da sua espontaneidade, visando a propagação da ideologia sem resistência. Ele não se preocupa com o bem-estar da humanidade, ou com os interesses dos homens. A razão de sua existência é a fabricação da humanidade, por meio da eliminação dos seus inimigos objetivos. Ele torna-se total quando não há oposição. Nesse sentido, culpa e inocência tornam-se conceitos vazios, pois o processo ideológico já teria proclamado quem é digno ou não da vida, e então caberia aos agentes da ideologia apenas fazerem cumprir as suas premissas (ARENDR, 1989, p. 618). O único caso em que a culpa se torna possível seria um desvio consciente das premissas ideológicas perpetrado por alguém considerado como primeiramente “inocente” para a ideologia. Com a eliminação da liberdade e da “fonte de liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo”, o terror consegue cumprir sem delongas as sentenças de morte já pronunciadas pela lei da ideologia (ARENDR, 1989, p. 620-621).

O terror age especialmente bem sobre homens isolados, portanto, esse isolamento é uma preocupação central dos regimes totalitários. De maneira diversa à tirania, o terror totalitário não apenas tira os direitos dos homens e destrói a sua liberdade, como também destrói o espaço de ação pública que existe entre os homens. Esse é o espaço vital da liberdade, pois a força da ação humana encontra-se em empreitadas coletivas. Uma vez que o espaço de ação pública está ausente, não há qualquer margem para a ação dos seus habitantes (ARENDR, 1989, p. 619). No caso de um governo totalitário perfeito, cada movimento dos homens dá-se dentro dos princípios ideológicos (ARENDR, 1989, p. 621-622). Entretanto, o ponto central não é o simples isolamento, pois este, ainda que destrua o poder e a capacidade de agir, deixa

intactas as atividades produtivas do homem, que permanece em contato com a obra humana e acrescenta algo a si e ao seu redor (ARENDT, 1989, p. 633-634). É na destruição da capacidade criativa do homem que esse isolamento se torna insuportável, e assim torna-se solidão.

O totalitarismo destrói, portanto, a esfera pública da ação política e, também, a esfera privada. Ele se pauta pela solidão, pela experiência de não pertencer ao mundo, e é nesse sentido que a solidão é fundamento para o terror. Sem ela, não seria possível a existência nem do terror, nem do regime do qual ele é a essência, bem como da ideologia. O homem solitário não possui raízes, ele é supérfluo, sem contato com o mundo, sem garantias e sem reconhecimento dos outros (ARENDT, 1989, p. 634-635). Acima de tudo, ele não possui sequer o reconhecimento de si, pois quando abandonado por todos, o homem é abandonado por si mesmo, e não consegue fazer o diálogo interno do dois-em-um (ARENDT, 1989, p. 636). É a perda de si que torna a solidão tão insuportável (ARENDT, 1989, p. 637) e é ela que, organizada e em larga escala, torna-se tão perigosa (ARENDT, 1989, p. 639), pois os sujeitos tornam-se mais suscetíveis ao terror.

Para June, a solidão tornou-se uma realidade indubitável em Gilead. Em uma passagem a personagem relata: “É possível ir tão longe para dentro, descer tão fundo e recuar tanto, que eles jamais conseguiriam fazer você sair. [...] Por que lutar? Isso nunca será o bastante.” (ATWOOD, 2017, p. 267). A sensação de impotência encarada pela personagem frente ao governo totalitário é uma característica fundamental da solidão. Ela perde todo o seu contato com o mundo, e não vê razões para resistir ao novo sistema que a subjuga. Em outra passagem, ela afirma que “é difícil resistir, acredite” (ATWOOD, 2017, p. 163). Tal dificuldade torna-se ainda mais profunda quando levamos em conta a inversão da lógica da culpa proposta no sistema totalitário: em caso de qualquer punição por um desvio da conduta esperada, o culpado não é quem pune, mas sim é quem fica no caminho do terror. A culpa é atribuída àquele que se desvia do caminho do processo ideológico, pois este já definiu quem é digno ou não da vida (ARENDT, 1989, p. 618). Essa redistribuição da culpa fica clara em uma passagem na qual a narradora conta sobre sua tarefa de, acompanhada por outra Aia, comprar comida para a casa do Comandante:

Viramo-nos e caminhamos juntas passando pelas grandes casas, em direção à parte central da cidade. Não temos permissão para ir lá exceto em pares. Supostamente isso é para a nossa proteção, embora a ideia seja absurda: já

somos bem protegidas. A verdade é que ela é minha espiã, como eu sou a dela. Se alguma de nós duas escapulir da rede por causa de alguma coisa que aconteça em uma de nossas caminhadas diárias, a outra será responsável (ATWOOD, 2017, p. 29).

É possível perceber a ausência de liberdade das Aias que devem realizar um trabalho de vigilância constante da sua companheira de compras. A determinação de que elas devem observar-se constantemente sob a pena de serem punidas pelo desvio da parceira é um dispositivo de controle estabelecido por meio do terror: se uma das duas Aias desviar do seu caminho – não apenas no sentido literal, mas principalmente no sentido ideológico – a outra será punida por não desempenhar o seu papel de manter a companheira no caminho correto. Ela será considerada cúmplice do desvio alheio e, portanto, penalizada por isso. É possível refletir, também, sobre o isolamento: a formação de vínculos, sejam eles pessoais ou políticos, torna-se extremamente difícil, uma vez que as Aias são incentivadas a policiarem suas companheiras, colocando-as umas contra as outras, isoladas em suas próprias individualidades. O medo da punição, portanto, age de modo favorável à perpetuação da ideologia e do regime.

A construção do terror totalitário e do isolamento, em Gilead, são perceptíveis no relato de Tia Lydia, em *Os Testamentos*, no qual ela narra o início do regime. No livro, a fala de Lydia tem a forma de hológrafo, no qual ela conta ao leitor as suas memórias. Ela, que era uma juíza antes de se tornar Tia, explica o quão truculenta foi a tomada do poder que precedeu o novo governo. Um dia, ela estava trabalhando no tribunal, e um grupo de homens invadiu o local e a levou presa, assim como a outras colegas. Ela foi encarcerada em um estádio sem qualquer condição de higiene, conforto ou alimento. Tal situação propositalmente construída servia ao terror, pois desumanizava essas mulheres e deixava-as completamente à mercê da vontade de seus sequestradores, como assinala Lydia: “eles estavam nos reduzindo a bichos – bichos de cativeiro –, à nossa natureza animal. Estavam esfregando a nossa natureza animal na nossa cara. Para que nos considerássemos sub-humanas.” (ATWOOD, 2019, p. 159). A desumanização também se dava pelo tratamento absolutamente descartável que a vida dessas mulheres recebeu, como narra Lydia:

Às quatro da tarde, nos apresentaram um espetáculo. Vinte mulheres, de diversos tamanhos e faixas etárias, mas todas com roupas profissionais, foram levadas para o centro do campo. Digo levadas porque estavam vendadas. Suas mãos, algemadas à frente do corpo. Elas foram dispostas em duas fileiras, de dez e dez. A fila da frente foi obrigada a se ajoelhar, como se fosse para uma foto de grupo. Um homem de uniforme preto discursou num microfone sobre

como os pecadores sempre eram observados pelo Olho Divino e seu pecado ia achá-los. [...] Então os homens que haviam escoltado as mulheres vendadas ergueram suas armas e atiraram nelas. Tinham mira certa: as mulheres tombaram. Veio um gemido coletivo de todas nós sentadas nas arquibancadas. Ouvi gritos e soluços. Algumas mulheres ficaram em pé de um pulo, bradando – algo que não consegui entender –, mas logo foram silenciadas com coronhadas de armas nas nuças. Nada de golpes repetidos: um bastava. Mais uma vez, mira certa: aqueles homens estavam bem treinados. Devíamos assistir sem falar: a mensagem estava clara (ATWOOD, 2019, p. 132).

O “espetáculo” promovido pelos sequestradores visava, portanto, mostrar às mulheres encarceradas que sua vida era descartável e, por meio do medo, impedir a sua resistência. Elas estavam no controle e, elas, à mercê de sua vontade. Assim como em um campo de concentração, as mulheres no estádio, privadas de sua liberdade, poderiam, a qualquer momento, ocupar o lugar das mulheres vendadas. O medo da punição aparece, como na narrativa de June, nas memórias de Lydia sobre o início do regime. Nesse sentido, o medo era usado para construir e perpetuar o terror totalitário, para fazer com que as pessoas acreditassem estar sob constante vigília, afinal, era impossível saber se estavam todos sendo observados ou não. No momento da implementação do regime, parte da população estava, de fato, sob vigília, como era o caso de Lydia, que se tornou um alvo por ser potencialmente útil ao estabelecimento de Gilead, afinal, poderia contribuir para a criação da legislação do novo governo. Entretanto, à longo prazo, como era o caso de June, não era possível saber se havia, de fato, alguém a observado e se sua vida corria risco. Entretanto, o medo causado pela possibilidade da morte bastava para manter cada súdito do regime em seu devido lugar.

Em paralelo com o regime nazista, é possível analisar o livro *Sonhos no Terceiro Reich*, de Charlotte Beradt, no qual o medo do terror torna-se explícito. Beradt, uma jornalista de origem judia, ligada ao Partido Comunista Alemão, fez uma compilação de sonhos que ela coletou em entrevista com alemães, logo após a ascensão de Hitler ao poder em 1933, até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1939. A coleção de sonhos que ela reuniu em seu livro representa uma fonte preciosíssima para se ater aos traços mais profundos da dominação totalitária e para entender os impactos de viver e presenciar a experiência política do nazismo. Em um dos sonhos analisados por Charlotte Beradt, uma dona de casa conta, em 1933, que “quando, no dia anterior, no dentista, estávamos conversando sobre boatos, eu me vi, para minha própria surpresa, cravando os olhos em sua máquina, como se ali pudesse estar instalado um aparelho de escuta.” (BERADT, 2017, p. 65). Uma jovem tem um sonho que segue essa mesma linha do medo da vigília: “sonho que acordo no meio da noite e vejo que os dois



anjinhos pendurados sobre a minha cama não olham mais para cima, mas para baixo, observando-me penetrantemente. Fico tão assustada que me escondo embaixo da cama” (BERADT, 2017, p. 68). Em ambos os relatos, é possível perceber que o medo se tornou uma constante no nazismo, assim como o temor da constante vigilância. Paralisando os sujeitos, o medo serve ao terror na medida em que mina a possibilidade de resistência, pois as pessoas veem-se congeladas diante da possibilidade da punição. Assim como June ou Lydia, a população da Alemanha nazista se tornou incapaz da ação e, desse modo, o regime totalitário foi perpetuado.

**“Talvez você esteja estudando história, e nesse caso, espero que você faça algo de útil comigo”: à guisa de conclusão**

Podemos fazer Eurídice surgir do mundo dos mortos, mas não podemos obrigá-la a responder; e quando nos viramos para olhar para ela, nós a entrevemos de relance por apenas um momento, antes que escape de nosso alcance e nos abandone (ATWOOD, 2017, p. 366).

O trecho acima faz parte das “Notas Históricas”, nas quais, como mencionado, historiadores do futuro analisam o relato de June. Este teria sido encontrado no formato de gravações de fita cassete, um tanto esparsas, gravadas em meio a trechos de músicas dos anos 1980. Após a organização e catalogação dos áudios, os historiadores se propõem a compreender o universo de Gilead, apontado como um regime totalitário no qual June viveu durante os primeiros anos. A fala citada acima, do personagem Darcy Pieixoto, que é professor e historiador, nos lembra a nona tese “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin. Nela, o anjo da história, de olhos arregalados e asas estiradas, vê-se inevitavelmente impulsionado para o futuro, ainda que se esforce para debruçar-se sobre o passado. A seus pés, os escombros se amontoam, mas ele não consegue juntar os destroços (BENJAMIN *apud.* LÖWY, 2005, p. 87). É nesse sentido, o de olhar para esse “lampejo num instante de perigo” (BENJAMIN *apud.* LÖWY, 2005, p. 65) a partir do qual a história se constrói, sobre as asas estiradas de seu anjo, que a fala de Pieixoto nos é muito cara. Assim como os historiadores do futuro se debruçam sobre o passado na tentativa de apoderar-se dessa lembrança, nós devemos fazer o mesmo. Se Eurídice surge – ou ressurgue – eventualmente para dar-nos o caminho da compreensão, como nos inspira Hannah Arendt, é necessário buscar esse relance, capturá-lo por apenas um momento, antes que ele se vá.

Ao analisar uma obra como *O Conto da Aia*, a tentativa empreendida é a de, por meio do convite à reflexão que nos é feito na literatura, construir o diálogo provocador

ao qual LaCapra alude, buscando os desconcertos na relação entre história e literatura, entre fatos passados e passados possíveis. A análise sobre a permanência desses elementos na atualidade não constitui objetivo primeiro deste artigo, entretanto, é possível afirmar que eles ainda permeiam e, em grande medida, definem a nossa sociedade. Uma leitura atenta da obra, nesse sentido, certamente nos forneceria ferramentas para entender os lampejos de nossa história e vislumbrar para além dos escombros que ela deixou – escombros nos quais, não apenas tropeçamos, mas com os quais nos encontramos diretamente todos os dias. No caso do universo de *O Conto da Aia*, o pilar fundamental da sociedade de Gilead teria sido o discurso religioso, e não o racial, como foi no nazismo. Desse modo, Atwood nos convida a refletir sobre como diversos elementos dispostos na sociedade podem, sim, passar a integrar um regime totalitário. Tais discursos, assim como outros – o machismo, a misoginia e os preconceitos contra pessoas LGBTQIA+, por exemplo – são potenciais elementos totalitários que existiram e persistem apesar dos regimes democráticos. Por isso, poderiam – como ainda podem – se combinar, na cena pública, criando uma nova expressão do totalitarismo. Tal expressão seria certamente diversa das formas históricas já conhecidas, entretanto, nos assustaria pelas aproximações e poderia ser mais ou tão nociva quanto as expressões passadas. O que nos amedronta em Gilead não são seus absurdos, mas sim a sua plausibilidade, afinal, a sensação é a de que tal regime não existiu, mas poderia ter existido. Voltando para a fala de Pieixoto que endossa a percepção sobre uma possível nova experiência totalitária, “havia muito pouco de verdadeiramente original ou nativo em Gilead: sua genialidade foi a síntese” (ATWOOD, 2017, p. 361).

O trecho escolhido para subtítulo desta parte final, ao contrário dos demais, que integram o relato de June, pertence ao hológrafo de Lydia. Nele, a perpetradora faz um apelo ao leitor que possa, porventura, encontrar o seu relato: “faça algo de útil comigo”. Novamente, a literatura nos provoca em nosso ofício de historiador. A utilidade, não apenas das lembranças de Tia Lydia, mas também dos perpetradores de regimes totalitários de nossa realidade aparta-se de um utilitarismo raso, mas poderia ser alinhada à tese de Walter Benjamin: ao revirmos suas vidas e relatos, suas obras e ações, podemos buscar construir uma interpretação histórica que, embora reconheça os documentos da barbárie, possa procurar afastar-se do processo de transmissão desses mesmos documentos e, assim, interceptar a perpetuação de uma narrativa cujo protagonismo oscila entre um vencedor e outro. Uma história que possa ser construída e

escovada à contrapelo (BENJAMIN *apud*. LÖWY, 2005, p. 70) constitui-se como missão fundamental em busca de uma sociedade democrática. Assim, o apelo à utilidade feito por Tia Lydia talvez possa encontrar a sua resposta.

**Referências:**

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- ATWOOD, Margaret. *Os Testamentos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERADT, Charlotte. *Sonhos no Terceiro Reich*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- BÍBLIA. Português. Bíblia de Jerusalém: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Paulus, 2002.
- CHAPOUTOT, Johann. *The law of blood: Thinking and acting as a Nazi*. USA: Belknap Press, 2017.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LACAPRA, Dominick. História e romance. *Revista de História*, Campinas, n. 2/3, p. 197-124, 1991.
- LACAPRA, Dominick. *History, literature, critical theory*. Nova York: Cornell University Press, 2013.
- LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *O mito nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- LIEBEL, Vinícius. Uma fachada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 76, p. 45-71, set./dez. 2017.
- LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARGARET ATWOOD: A WORD AFTER A WORD AFTER A WORD IS POWER. Direção: Nancy Lang e Peter Raymond. Produção de White Pine Pictures. Canadá: Hulu, 2019.

*Artigo recebido em 21 de novembro de 2022. Aprovado em 04 de janeiro de 2022.*